

# “PROSTRADA AOS REAIS PÉS DE VOSSA MAJESTADE”. ESMOLAS DE D. JOSÉ I, REI DE PORTUGAL, NA PÁScoa DE 1758\*

*"KOWTOWED AT HIS MAJESTY'S FEET": ALMS BY D. JOSÉ I, KING OF PORTUGAL, EASTER OF 1758*

**BRAGA, Paulo Drumond\*\***

<http://orcid.org/0000-0003-4036-6755> 

**RESUMO:** Neste artigo, estudam-se alguns pedidos de esmola dirigidos na Páscoa de 1758 a D. José I, rei de Portugal. Entre as diversas formas que os pobres tinham, na época, de obter auxílio, encontrava-se a solicitação, por escrito, de uma esmola, quer a Misericórdias, quer a outras confrarias, quer a particulares poderosos, nomeadamente membros da família real. Esses pedidos eram frequentemente atendidos positivamente, uma vez que a ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e, por outro lado, visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente a celebração de missas e a instituição de capelas.

**PALAVRAS-CHAVE:** pobreza; petições de pobres; esmolos.

**ABSTRACT:** This paper aims to study some requests for alms addressed at Easter 1758 to D. José I, king of Portugal. In the Early Modern Period, among the various ways that the poor had to get help, there was the request for alms, either from Misericórdias, from other brotherhoods, or from powerful individuals, namely members of the royal family. These requests were often answered positively, since aid to the poors was part of the archetype of the good Christian. On the other hand, charity and assistance was complementary to other forms of salvific intercession, namely the celebration of masses and the institution of chapels.

**KEYWORDS:** poverty; poor petitions; alms.

\* Artigo elaborado no âmbito das atividades de dois projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, *Hospitalis. Arquitetura Hospitalar em Portugal nos Alvares da Modernidade: Identificação, Caracterização e Contextualização* (PTDC/ART-HIS/30808/2017) e *Pombalia. Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos* (PTDC/HAR-HIS/32197/2017).

\*\* Licenciado em História e mestre em História da Idade Média pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e doutor em História, especialidade de História dos Descobrimientos e da Expansão, pela Universidade Nova de Lisboa. É investigador do Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, da Cátedra CIPSH de Estudos Globais (Universidade Aberta) e do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) (Universidade de Lisboa). É autor de mais de centena e meia de artigos e comunicações a congressos, assim como de 24 livros. E-mail: [pdrumondb@gmail.com](mailto:pdrumondb@gmail.com).



## 1. AS PETIÇÕES DE ESMOLA

Na Época Moderna, pobre era todo aquele que se achava temporária ou permanentemente privado de formas de sustento, incluindo aquele que vivia do seu trabalho, porque, estando ausentes mecanismos de segurança social, a qualquer momento, por doença, velhice ou invalidez, podia cair na indigência (GUTTON, 1971, p. 1-46; LOPES, 2010, p. 19.20; HESPANHA, 2010, p. 233-234). Por isso há historiadores que se referem a pobreza absoluta e a pobreza relativa (CRAWFORD, 2010, p. 6). Assim sendo, muitos eram os que se viam obrigados a estender a mão à caridade.

Entre as diversas formas de obter auxílio encontrava-se a solicitação, por escrito, de uma esmola, quer a Misericórdias, quer a outras confrarias, quer a particulares poderosos, nomeadamente membros da família real. Esses pedidos eram frequentemente atendidos positivamente, uma vez que a ajuda aos desvalidos da fortuna integrava o arquétipo do bom cristão da época e, por outro lado, visava, por parte de quem esmolava, alcançar a vida eterna, surgindo a caridade e a assistência como complementos de outras formas de intercessão salvífica, nomeadamente a celebração de missas e a instituição de capelas (ROSA, 2000, p. 4185)60-461). A esmola era, pois, um direito dos pobres e um dever dos ricos (LOPES, 2006, p. 68).

As petições de esmolos são fontes extremamente ricas, até porque não é muito comum conseguir ouvir-se os pobres (SEABROOK, 2015, p. 105-109). Constituem, no dizer de Maria Antónia Lopes, um

“grito de dor pungente que atravessa a espessura do tempo e o anonimato opaco da miséria e vem fender a couraça profissional do historiador. Inesperadamente, das massas silenciadas de um mundo obscuro que se adivinha mas permanece nebuloso, surgem vozes, feixes de luz que o iluminam: testemunhos ditados pelos próprios famintos” (LOPES, 2010, p. 185).

Claro que, como já foi notado, os textos eram, pelo menos em parte, redigidos por outrem, mas os interessados não deixavam de ser seus coautores, fornecendo ao redator as informações necessárias (LOPES; 2010, p. 185).

Só muito recentemente as petições de esmola começaram a ser trabalhadas pelos historiadores portugueses, podendo ser referidos os estudos de Maria Antónia Lopes (LOPES, 2000, p. 271-277; LOPES, 2010, p. 185-191), Marta Lobo Araújo (ARAÚJO, 2002; ARAÚJO, 2003), Isabel Drumond Braga (BRAGA, 2014) e Paulo Drumond Braga (BRAGA, 2013; BRAGA, 2021).



## 2. ESMOLAS DE D. JOSÉ I

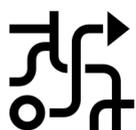
D. José I (1714-1777) foi rei de Portugal entre 1750 a 1777. Escolheu, assim que subiu ao trono, uma equipa governativa de que fazia parte, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo. Oriundo da baixa nobreza, tinha sido representante diplomático de Portugal em Londres e em Viena, e veio a ganhar prestígio e a total confiança do rei pela forma como lidou com dois magnos problemas, o terramoto de Lisboa (1755) e o atentado contra a vida de D. José I (1758). Em 1757, ascendeu a Secretário de Estado do Reino e Mercês. Gradualmente, sobretudo entre 1756 e 1761, foi afastando todos os que lhe podiam fazer sombra. O rei fê-lo conde de Oeiras (1760) e, posteriormente, marquês de Pombal (1770).

Não tem hoje significado a velha polémica sobre o papel de D. José I nas decisões políticas tomadas durante o seu reinado, uma vez que já foi sobejamente mostrado o quanto a sua intervenção esteve longe da irrelevância que durante séculos se lhe atribuiu. Seja como for, o monarca, que preferia ocupar o tempo em divertimentos como a caça e a música, optou por deixar nas mãos do valido as mil e uma tarefas diárias da governação.

Uma das imagens de marca do tempo de D. José I é a de uma violência algo desusada, que está presente na repressão da revolta do Porto contra a instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1757), no processo dos acusados da referida tentativa de regicídio (1759), na execução de um genovês que supostamente procurou assassinar o marquês de Pombal (1775) e no incêndio da aldeia piscatória da Trafaria (1777).

Associa-se habitualmente este reinado ao triunfo do despotismo esclarecido ou iluminado em Portugal. Empreenderam-se várias reformas – de que as da Universidade de Coimbra (1772) e da Inquisição (1774) são apenas dois exemplos –, criaram-se numerosas instituições – Junta do Comércio (1755), Intendência Geral da Política da Corte e do Reino (1760), Erário Régio (1761), Real Mesa Censória (1768), etc. – e tomaram-se várias outras medidas – por exemplo, a expulsão de Portugal da Companhia de Jesus (1759).

No tempo de D. José I, pese embora o bom relacionamento com a Espanha, sobretudo ao nível das famílias reais, a orientação da política externa foi muito mais pró-inglesa. No quadro da Guerra dos Sete Anos, rebentou mesmo um curto conflito bélico entre Portugal e Espanha, a “Guerra Fantástica” (1762). Uma novidade em termos diplomáticos foi a assinatura de um tratado de paz com Marrocos (1774), permitido pelo facto de Portugal ter entretanto abandonado Mazagão (1769), a última praça-forte que possuía no Norte de África.



O excessivo poder do marquês de Pombal suscitou ódios, invejas e inimizades diversas. A princesa herdeira e seu marido e tio, os futuros reis D. Maria I e D. Pedro III, parecem ter polarizado os descontentes. Dias antes da sua morte, o próprio D. José I revogou algumas decisões anteriormente tomadas<sup>90</sup>.

De regresso ao universo em estudo, esclareça-se que D. José I recebeu, em março de 1758, doze petições de pobres residentes em Lisboa. Despachou favoravelmente todos esses requerimentos, gastando um total de 112\$000 reais.

Tratando-se de uma abordagem meramente exploratória, optei por me cingir, neste artigo, a estudar essa pequena amostragem, escolhendo aleatoriamente as doze petições referidas entre tantas outras que jazem esquecidas num riquíssimo fundo documental do principal arquivo português<sup>91</sup>.

### 3. QUEM PEDE ESMOLA?

Maria Antónia Lopes escreveu: "Procurai os pobres, achareis mulheres" (LOPES, 2010, p. 153). Por isso não nos causa espanto que onze dos doze peticionários em estudo fossem do sexo feminino e somente um do masculino.

Residiam todos em Lisboa e sabemos algo sobre as freguesias ou bairros onde habitavam sete deles. Dois indicaram genericamente as freguesias de Nossa Senhora da Encarnação e S. Sebastião da Pedreira, um terceiro apontou o bairro de Alcântara, da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, e um outro a Cotovia, que se estendia por duas freguesias, São Mamede e Mercês. As igrejas das Chagas (freguesia de Santa Catarina) e de Nossa Senhora do Monte do Carmo (freguesia das Mercês), ambas arrasadas pelo terramoto de 1755, foram tomadas como pontos de referência por dois peticionários. Pelo testemunho de um pároco, sabe-se, finalmente, que uma das mulheres residia na freguesia de Santa Isabel.

Em termos de situação matrimonial, e centremo-nos agora no caso específico do sexo feminino, havia duas solteiras, Maria Madalena e Rita Quitéria de Sotomaior. Já outra situação era a das viúvas, frequentemente idosas, o que lhes tornava a vida mais gravosa. Assim se achavam oito peticionárias, a saber, Antónia do Espírito Santo, Antónia de S. Bernardo, Catarina de Sousa e Almada, Josefa Maria do Espírito Santo, Maria da Reya

<sup>90</sup> Sobre esta figura, cfr., por todos, MONTEIRO, 2006. Por seu turno, o marquês de Pombal tem suscitado enorme interesse historiográfico. Veja-se, apenas como exemplo, a recente contribuição de SENA-LINO, 2020.

<sup>91</sup> A.N.T.T., Casa Real, caixa 3585. Os documentos tratados no presente artigo, acham-se todos nesta mesma caixa e não estão numerados, pelo que me dispense de a voltar a citar.



Tavares, Maria Teresa, Maria Teresa Xavier e Teresa Inácia da Silva. Recorde-se que a mulher só, fosse solteira ou viúva, era por princípio considerada como desprotegida e vulnerável (SÁ, 2000, p. 406).

Neste conjunto de onze mulheres, encontramos apenas uma casada, Joana Micaela. Contudo, era cega e provavelmente idosa, vivendo em grande pobreza com o marido envelhecido e três filhas donzelas. Ou seja, ainda que com o cônjuge vivo, como este não podia trabalhar, a vida em casa não era menos desafortunada do que as das mulheres solteiras ou viúvas.

Quanto ao único homem do universo em estudo, João Batista de Macedo, tratava-se de um "varredor dos Passos de Sua Magestade", que vivia com "munta pobreza e doença que exprimenta em huma cama padecendo grandes necessidades". Pode ter sido alguém que trabalhou no paço da Ribeira, arrasado pelo terramoto de 1755, ou já nas residências subsequentes, nomeadamente as "reais barracas" do alto da Ajuda, feitas de madeira, e onde D. José e a família se instalaram em março de 1757 (MONTEIRO, 2006, p. 84-85, 213; ABECASSIS, 2009).

Algumas mulheres também recordaram, em abono dos seus pedidos a D. José I, serviços diversos à Coroa de alguns elementos da família, todos do sexo masculino. Catarina de Sousa disse que "todos os seus parrentes tem seruido a Sua Magestade nos postos Militares". O marido, já falecido, de Antónia do Espírito Santo morrera aos 35 anos depois de mais de duas décadas num regimento de cavalaria. Maria de Reya Tavares era viúva de um capitão de cavalos e tinha dois filhos que serviam o rei como militares. Maria Madalena, neta de um capitão que durante mais de 40 anos prestou serviço à Coroa em "campanhas e embarques". Maria Teresa Xavier era viúva de um capitão e Teresa Inácia da Silva de um homem que serviu o rei "toda a sua vida, com grande disvello e prontidão chegando a perdella no real serviço nos Estados da Indya". Guerra e serviço militar, pois, como fatores de relevância social (COSTA, 2004, p. 93-101). Diferentes foram os casos de Josefa Maria do Espírito Santo, viúva de um homem que durante 54 anos foi oficial do arquivo da Coroa, a Torre do Tombo (RIBEIRO, 2003, pp. 59-117), e de Rita Quitéria, filha legítima de um secretário da Mesa do Desembargo do Paço, o tribunal superior do reino (SUBTIL, 1996). E até o único homem peticionário recordou que era filho e neto de criados "que toda sua vida servirão Vossa Magestade".



#### 4. VELHOS E DOENTES

Se João Batista de Macedo se achava acamado, Joana Micaela estava totalmente cega “e muito adiantada em annos”. Antónia do Espírito Santo era “muito doente” e não podia trabalhar. Uma outra das peticionarias, Antónia de S. Bernardo, vira-se obrigada, por necessidade, a ser criada de servir em casa “onde contrahio queixas gravíssimas”. Já Teresa Inácia da Silva especificou que há algum tempo os “muitos achaques” a têm impossibilitado “de todo o trabalho”.

Ou seja, a doença impedia a labuta séria e honesta, quer do homem que havia sido varredor do paço real, quer de várias mulheres. Se apenas uma delas referiu ter sido criada de servir, nada de concreto se fica a saber sobre as demais, se bem que várias fossem as atividades manuais que serviam de ganha pão a muitos elementos do sexo feminino: costurar, cozinhar, escamar peixe, lavar roupa, vender de porta em porta, etc. (REIS, 2001; SÁ, 2005, p. 108-110).

Várias das peticionárias aludiram a parentes que tinham a seu cargo, o que, naturalmente, lhes agravava a situação: Catarina de Sousa e Almada referiu os pais idosos e um número não identificado de irmãos; Joana Micaela, o marido impossibilitado para o trabalho e três filhas donzelas; Josefa Maria, uma filha também já viúva; Maria de Reya Tavares, uma filha “em huma cama, muito enferma, e sem remedio algum para lhe poder assistir”. Pior era a situação de Maria Teresa, mãe de quatro filhas, “huma sega e aleijadinha e sempre em huma cama padecendo muntas necessidades”.

#### 5. MULHERES HONRADAS E RECOLHIDAS

Apenas três das onze mulheres do universo em estudo invocaram uma vida sem mácula de espécie alguma. Antónia de S. Bernardo disse-se “pessoa honesta e recolhida e de louváveis procedimentos” e Catarina de Sousa e Almada “pessoa recolhida [*sic*] e de honesto porcidimento”. Já Maria Teresa Xavier assinalou que vivia “das suas portas adentro com muita honestidade e recolhimento”.

Tal não causa espanto, sobretudo numa época em que a honra feminina era um valor fundamental e que a mesma dependia de um comportamento moralmente irrepreensível (LOPES, 1989, p. 21-25, 174-178). Apenas se estranha que um tão escasso número de peticionárias tenha recorrida a este argumento.



## 6. "SUMMA MIZERIA"

Assim classificou Antónia do Espírito Santo a sua situação. Entretanto, quase todos os demais peticionários se disseram pobres ou muito pobres, apelando à régia misericórdia. Teresa Inácia da Silva ou alguém por ela recorreu à expressão "lamentavel desamparo".

Nesta amostragem, é interessante notar a particularidade de seis peticionarias argumentarem que viram os bens ou as casas onde moravam destruídos pelo sismo de Lisboa de 1 de novembro de 1755. Joana Micaela, por exemplo, disse ter ficado em "deplorável mizeria pelo insendio sucessivo ao Terremoto". Por outro lado, Maria Madalena especificou que ardera a casa onde vivia na Rua de S. Francisco. Novos dados para a história do mais conhecido abalo telúrico da história de Lisboa, de resto, com tantas e diversas consequências em Setecentos<sup>92</sup>.

Já Josefa Maria do Espírito Santo pediu expressamente ajuda para pagar o "aluguel das cazas que habita". Brevíssima chega para uma história ainda em grande parte por fazer, a do arrendamento de casas de habitação na Lisboa da segunda metade do século XVIII (ACCIAIUOLI, 2015, p. 88-103).

## 7. TENTAR CONVENCER D. JOSÉ I

Para obter a esmola tão desejada, alguns dos peticionários recorreram a diferentes tipos de argumentação. Como se estava em período pascal – nesse ano o domingo de Ressurreição calhou a 26 de março – Catarina de Sousa e Almada, Joana Micaela, Josefa Maria do Espírito Santo, Maria Madalena, Maria de Reya Tavares e Maria Teresa Xavier aludiram à paixão e morte de Cristo e D. Joana Micaela recordou que o rei habitualmente esmolava na quinta feira de Endoenças, ou seja, na véspera da sexta-feira da Paixão.

Entretanto, Maria Teresa prometeu, se lhes fosse dada a desejada esmola, rezar pela família real portuguesa. Foi a única peticionária que o fez, ao contrário do que aconteceu com outros casos já estudados, nomeadamente com as esmolos de D. Pedro III (BRAGA, 2021).

É evidente que tudo isto se prendia com um formulário mais ou menos estereotipado dos pedidos, que, como anteriormente recordei, muitas vezes nem sequer eram redigidos pelos requerentes.

<sup>92</sup> Entre a muita bibliografia sobre o evento, cfr., meramente como exemplo, ARAÚJO, 2005.



## 8. AS ESMOLAS

Antes de se proceder à atribuição de esmolas a estes desvalidos da fortuna, alguém se assegurou que eram verdadeiras as alegações feitas. Os párocos de Alcântara, de Santa Isabel e de S. Sebastião da Pedreira e o coadjutor da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação certificaram as situações de quatro das onze mulheres deste universo, a saber, Antónia do Espírito Santo, Maria Madalena, Maria Teresa e Maria Teresa Xavier. Só se estranha que tal não tenha sido comum a todos os peticionários, como acontecia frequentemente (BRAGA, 2021).

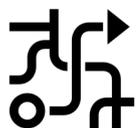
À semelhança do que ocorre com as esmolas de D. Pedro III, apenas para dar um exemplo entre os vários que merecerem o interesse dos historiadores (BRAGA, 2021), as quantias destinadas por D. José I aos pobres variaram. Cinco dos peticionários receberam 6\$400 reais e dois 9\$600. Com apenas um caso cada, temos valores de 3\$200, 12\$800, 19\$200 e 25\$600.

Não se entende de forma cabal a razão das discrepâncias: Maria Madalena, a que coube a quantia mais elevada, era neta de um capitão que serviu a Coroa durante mais de quatro décadas. Rita Quitéria, a quem foram destinados 19\$200 reais, era filha de um secretário da mesa do Desembargo do Paço. Já Teresa Inácia da Silva, que o rei esmolou com 12\$800 reais, era viúva de um homem que servira no Estado da Índia. Por outro lado, 9\$600 foram atribuídos ao único homem, varredor dos paços reais, e a Maria Teresa Xavier, viúva de um capitão.

Aparentemente, o serviço à Coroa pesou nas decisões tomadas. Assim se explicariam os meros 6\$400 atribuídos a quem nada mais argumentou do que a extrema pobreza, como Antónia de S. Bernardo, Joana Micaela e Maria Teresa. Mas o raciocínio não bate certo quando se vê que a mesma quantia foi destinada a Antónia do Espírito Santo, viúva de um militar de cavalaria, a Catarina de Sousa e Almada, com vários parentes que serviram militarmente a Coroa, e a Josefa do Espírito Santo, viúva de um oficial da Torre do Tombo.

## 9. PARA QUE SERVIAM 6\$400 REAIS?

Considerando a esmola mais comum do universo em estudo, ou seja, 6\$400 reais, cabe perguntar: para que servia tal quantia na Lisboa de 1758? Se adquirisse um quilo de bacalhau, uma dúzia de sardinhas, uma galinha e um quilo de toucinho (<http://pwr->



[portugal.ics.ul.pt](http://portugal.ics.ul.pt))<sup>93</sup>, tudo produtos mais ou menos básicos na dieta alimentar da época (FERRO, 1996; BRAGA, 2000), e se ainda lhe juntasse um quilo de carvão e outro de velas de sebo (<http://pwr-portugal.ics.ul.pt>), gastava mais de 600 reais. Dir-se-ia que ainda restava muito. Mas importa ter em linha de conta variáveis como o número de bocas a alimentar e o tempo que duravam cada um dos bens. Convém ainda não esquecer que nada garantia que a esmola se repetisse no mês seguinte ou em qualquer outra ocasião. Havia, por isso, que a rentabilizar.

## EM CONCLUSÃO

Com o panorama aqui apresentado, o historiador vê-se confrontado com pungentes histórias de vida, que jaziam há mais de dois séculos no silêncio do principal arquivo histórico português. Ficámos a conhecer algo sobre dez mulheres e um homem que entenderam ter de estender a mão à caridade de D. José I. Como tantos outros, neste e em outros tempos, em Lisboa ou fora dela, tiveram a sorte de beneficiar da graça de alguém que, tendo muito, entendeu, seguramente pelos motivos não totalmente altruístas que anteriormente se explicitarem, dever ajudar quem pouco ou nada tinha. Os 112\$000 reais entregues a estas doze pessoas pobres em março de 1758, foram uma gota de água para o rei de Portugal, que não olhava a despesas quando se tratava, por exemplo, de manter cantores, cavalos e falcões, já que era conhecida a sua paixão pela ópera e pela caça, nunca tendo qualquer crise vivida do tesouro significado qualquer morigeração ou diminuição de gastos (MACEDO, 1989, p. 132; TOMAZ, 1988). Mas fizeram seguramente a diferença para quem os recebeu. Talvez a diferença entre ter ou não o que comer.

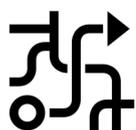
## REFERÊNCIAS

ABECASSIS, Maria Isabel Braga, *A Real Barraca: A residência na Ajuda dos reis de Portugal após o Terramoto (1756-1974)*. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

ACCIAIUOLI, Margarida, *Casas com escritos: Uma história da habitação em Lisboa*. Lisboa: Bizâncio, 2015.

ARAÚJO, Ana Cristina, *O Terramoto de 1755: Lisboa e a Europa*. [Lisboa]: Clube do Colecionador dos Correios, 2005.

<sup>93</sup> Na época, estes e outros produtos eram, obviamente, vendidos com base nos pesos então vigentes, nomeadamente alqueires e arráteis para sólidos e almudes para líquidos. A sardinha, tal como outros peixes, era disponibilizada à unidade. Para facilitar a compreensão dos dados, optei por converter tudo ao sistema métrico decimal.



ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Aos pés de vossa alteza sereníssima: as pobres do arcebispo bracarense D. José de Bragança. *Cadernos do Noroeste*, Braga, vol. 17, n.º 1-2, p. 103-123, 2002.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Portugal à Mesa: Alimentação, Etiqueta e Sociabilidade. 1800-1850*. Lisboa: Hugin, 2000.

BRAGA, Isabel Drumond, A irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806-1820). *Revista Tempo. Niterói*. vol. 20, p. 1-19, 2014.

BRAGA, Paulo Drumond, Os pobres dos 'Meninos de Palhavã'. Esmolas para gentes de Lisboa. *Lusíada. História*. Lisboa, vol. 9 / 10, p. 145-156, 2013a

BRAGA, Paulo Drumond, *O rei esquecido: D. Pedro III (1717-1786)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013b.

BRAGA, Paulo Drumond, *Pois não tem de quem se valer senão de Vossa Majestade que é mãe das órfãs pobres honradas*. Esmolas de D. Maria I, rainha de Portugal [artigo no prelo, a sair em 2021].

COSTA, Fernando Dores. Milícia e sociedade. O estatuto social dos militares. In BARATA, Manuel Themudo, TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.). *Nova História Militar de Portugal*. vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004, p. 93-101.

CRAWFORD, Patricia, *Parents of Poor Children in England: 1580-1800*. Oxford: University Press, Oxford, 2010.

FERRO, João Pedro. *Arqueologia dos Hábitos Alimentares*. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

GUTTON, Jean-Pierre. *La société et les pauvres: L'exemple de la généralité de Lyon*. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

LOPES, Maria Antónia. *Mulheres, espaço e sociabilidade: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz das fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra (1750-1859)*. Viseu: Palimage, 2000.

LOPES, Maria Antónia. *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Económica no Tempo de Pombal: Alguns Aspectos*. 3.<sup>a</sup> edição. Lisboa: Gradiva, 1989.



MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José na sombra de Pombal*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006.

REIS, Maria de Fátima. A mulher e o trabalho no espaço urbano nos séculos XVII e XVIII. In *A mulher na História: Actas dos colóquios sobre a temática da mulher*. Moita: Câmara Municipal da Moita, 2001, p. 203-214.

RIBEIRO, Fernanda. *O acesso à informação nos Arquivos*, vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

ROSA, Maria de Lurdes. A religião no século: vivências e devoções dos leigos. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 423-510.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Pobreza. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. vol. III, Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 456-461.

SÁ, Isabel dos Guimarães. O trabalho. In LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da. *História Económica de Portugal: 1700-2000*. vol. I. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005, p. 93-121.

SEABROOK, Jeremy. *Pauperland: Poverty and the poor in Britain*. Londres: Hurst & Company, 2015.

SENA-LINO, Pedro. *De quase nada a quase rei: Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*. Lisboa: Contraponto, 2020.

SUBTIL, José. *O Desembargo do Paço: 1750-1833*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

TOMAZ, Fernando. As finanças do estado pombalino: 1762-1776. In *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, p. 355-388.

## FONTES

Fonte manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Casa Real, caixa 3585

Fonte digital

*Prices, wages and rents in Portugal. 14th-20th centuries*. <http://pwr-portugal.ics.ul.pt> [acedido a 8 de setembro de 2020].

Recebido em: 30/12/2020  
Aprovado em: 09/03/2021